

*Congresso*

8 □ 1º caderno □ segunda-feira, 22/5/89

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

VICTORIO BHERRING CABRAL — *Superintendente Geral*

MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*

FLAVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

## Na Corda Bamba

A Câmara dos Deputados tem uma excelente oportunidade de acertar contas com a parte melhor de suas tradições ao julgar o caso do deputado Gustavo de Faria que gastou de maneira estranha e provavelmente em proveito próprio uma verba de mais de dez milhões de dólares destinada ao Instituto de Previdência dos Congressistas. Antes de mais nada, os deputados necessitam se refazer da própria distração que consistiu em colocar verba tão grande à disposição de um deputado que mais de uma vez, sempre com ampla divulgação, envolveu-se em histórias ambíguas (cassação por corrupção, cheques sem fundos, etc.).

A distração dos colegas do deputado se deve seguramente ao fato de que não se tratava de dinheiro deles: sendo o Instituto de Previdência dos congressistas, vê-se que a origem do dinheiro é a mesma de todos os dinheiros públicos: o bolso do contribuinte. Já que o dinheiro saiu do bolso inicial para outros bolsos, cabe agora aos deputados agir sem benevolência, com toda a energia possível, única condição para restabelecer o prestígio tão abalado de uma instituição que vem sendo colocada sob suspeita de se interessar mais pelos benefícios pessoais do que pelo benefício público (o caso de Gustavo de Faria seria o exemplo mais bem acabado do desvirtuamento da função pública).

Como dizia Maquiavel, em política não basta apenas a benevolência. Ainda em seus melhores momentos a política é sempre uma intermediária entre a humanidade e a moral. Um político necessita entender das duas coisas, de humanidade e de moral. A desconfiança em relação aos homens que participam da vida pública é uma velha convenção ocidental. Quando se passou a exigir dos candidatos a cargos públicos a declara-

ção de bens, deu-se expressão concreta a esta desconfiança, justamente para impedir que se cometesse abusos que, tratando-se da coisa pública, fica diluída nos escaninhos da burocacia.

Um governo, englobados aí os três poderes, não pode contribuir de forma abusiva para a corrupção do país, sob pena de acelerar o processo de decadência moral já bastante adiantado. A corrupção no alto é um aspecto da imoralidade mais geral; no nível moral de hoje é principalmente um problema de sociedade corrupta.

Se os administradores e os parlamentares são os primeiros a destruir os limites da decência e da honradez, contribuindo com seu exemplo para disseminar a idéia de que as leis existem para não serem cumpridas, todas as pessoas, mirando-se em exemplos óbvios, se julgarão no direito de desobedecer as normas e até achar que é uma esperteza inteligente fugir delas.

De longa data o deputado que agora malversou a polpuda verba do Congresso vem se equilibrando na corda bamba. Ganhou loterias, produziu impressos para governos, circulou com facilidade pelos corredores do regime militar até ser cassado pelo próprio regime que lhe permitiu vida folgada. Hoje, munido de um mandato popular (favorecido pela anistia que perdoou alhos e bugalhos), contribui decisivamente para ampliar a imagem negativa dos congressistas, já atolados em revelações escandalosas de nepotismo e descuido das obrigações públicas.

Portanto, o compromisso do Congresso agora não é com o espírito corporativo que permite passar a mão na cabeça dos colegas faltosos, mas sim com sua própria essência da representatividade de moral e política.

Em política, os que não têm convicções morais se tornam instrumentos dos que as têm.